

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

InformANDES

Informativo

Nº 117

Brasília (DF)

Junho de 2021



QUEM MANDOU MATAR MARIELE?



#19J O POVO

RESISTE!

As manifestações do 19J aconteceram exatos 21 dias após a mobilização social anterior, realizada em 29 de maio, e coincidiram com a data em que o Brasil alcançou a triste marca de 500 mil vidas perdidas para a Covid-19. As vítimas foram lembradas e homenageadas durante os atos, que mobilizaram representantes das seções sindicais do ANDES-SN no Distrito Federal e em centenas de cidades espalhadas pelas cinco regiões do país e em outros lugares do mundo. **A próxima manifestação pelo Fora Bolsonaro/Mourão já tem data marcada: 24 de julho.**

Contra o genocídio e a destruição da natureza. Ampliar a luta nas ruas!

Os meses de maio e junho marcam um novo patamar de lutas da classe trabalhadora brasileira, que nos dias 29M e 19J levou às ruas sua indignação e os gritos de Fora Bolsonaro, por mais emprego, comida no prato e vacina no braço. Na medida em que a vacinação da população brasileira segue a passos lentos, a aceleração da fome é uma realidade que atinge especialmente as famílias chefiadas por mulheres pretas e pardas. Mais de 100 milhões de brasileiras e brasileiros convivem com a insegurança alimentar e para mais de 19 milhões de pessoas a fome é uma realidade diária.

A vacinação, que deveria ser um direito da população mundial, fica à mercê dos interesses de mercado. Ou seja, enquanto nos países mais ricos a imunização acelera, nos países mais pobres e periféricos a população segue à própria sorte. No caso do Brasil, o descaso do governo não só atrasou a imunização massiva da população, como não apresentou nenhuma alternativa para que os trabalhadores e trabalhadoras pudessem ter o direito ao isolamento

social. As contradições do sistema capitalista nunca ficaram tão evidentes, e a quebra de patentes é urgente, o que nos aponta a necessidade de ampliarmos a luta para que a ciência e a tecnologia estejam direcionadas aos interesses da classe trabalhadora.

A indignação também se manifesta em outros países latino-americanos, especialmente naqueles em que os governos estão completamente comprometidos com a implementação de políticas neoliberais, acabando com os poucos direitos sociais. É o caso da Colômbia, do Chile e do Peru, respectivamente, países que têm vivido as insurgências nas ruas, a construção de uma nova constituição e o processo eleitoral com derrota da direita histórica da família Fujimori. As ruas ecoam que a letalidade dos governos que atacam os trabalhadores e trabalhadoras é maior que o próprio vírus.

Desde o dia 13 de junho, em Brasília, 54 povos indígenas de todo o País organizam-se no Acampamento Levante da Terra para denunciar que a política genocida do governo de Bolsonaro e Mourão, que

já vitimou mais de 500 mil pessoas, é também uma política ecocida, que tem destruído nossos recursos naturais e, mais do que isso, tem ameaçado a vida e o direito das populações indígenas e as demarcações de suas terras. Os indígenas lutam contra o PL 490/2007 e pelo direito de existir e resistir em um país no qual o governo passa a boiada da mineração ilegal e do contrabando de madeira, entre outros crimes ambientais.

O ANDES-SN não só tem participado, mas também construído a necessária unidade nas lutas. Por isso, no sentido de avançarmos na organização das nossas ações para o enfrentamento da Reforma Administrativa (PEC 32), dos cortes dos orçamentos das Universidades, Institutos e Cefets, contra todos os ataques que colocam em risco a vida da classe trabalhadora brasileira, conclamamos nossa categoria para atualizar o Plano de Lutas dos setores no 12º Conad extraordinário, que acontecerá nos dias 02, 03 e 10 de julho, com o tema: 'Em defesa da vida, da educação pública e dos serviços públicos. **Resistir é preciso**'.

QUEREMOS VACINA, PÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

#FORABOLSONAROEMOURÃO

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Edgard Léda, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens // Fotos da Capa: Enviadas pelas Seções Sindicais do ANDES-SN em: Maceió/AL, Fortaleza/CE, Santa Maria/RS, Porto Velho/RO, Manaus/AM e Equipe Nacional em Brasília/DF

12º Conad Extraordinário do Sindicato Nacional atualizará Plano de Lutas em julho



O ANDES-SN realizará o 12º Conad Extraordinário do Sindicato Nacional nos dias 2, 3 e 10 de julho de 2021. O encontro virtual terá como tema central “Em defesa da vida, da educação pública e dos serviços públicos: resistir é preciso!”. Desde o início da pandemia da Covid-19, este é o quinto Conad Extraordinário.

O 12º Conad Extraordinário acontecerá em três dias, com intervalo entre as plenárias, devido ao excessivo desgaste físico e emocional provocado pela realização de longas reuniões virtuais, em um contexto de grande carga de trabalho profissional e doméstico das e dos docentes.

Desta forma, as discussões dos Temas I, sobre conjuntura, estão previstas para o dia 2 de julho; as do Tema II, que tratam das questões organizativas e financeiras, para 2 e 3 de julho; e as do Tema III, sobre o Plano de Lutas dos Setores, para 3 e 10 de julho. Este Conad marcará também a volta dos grupos mistos.

“O 12º Conad Extraordinário se dará em um contexto em que se avançam as mobilizações e a resistência por todo país e é importante atualizar e avançar o nosso Plano de Lutas, discutir as questões políticas, organizativas e financeiras do sindicato, especialmente, a prestação de contas. E, ainda, fazer análise de conjuntura e trabalhar com

os grupos mistos para detalharmos melhor quais são os desafios para o próximo período”, disse Regina Ávila, secretária-geral do ANDES-SN.

Conjuntura

O 12º Conad Extraordinário acontece após diversas manifestações, virtuais e presenciais, ocorridas no primeiro semestre de 2021. As e os docentes, em unidade com técnicos, técnicas, estudantes, outras categorias do funcionalismo público, movimentos sociais e populares têm demonstrado cada vez mais a sua insatisfação com o governo federal, o qual poderia ter evitado as mais de 500 mil mortes, caso tivesse adotado medidas eficazes de prevenção e acelerado o processo de vacinação. Os protestos têm reivindicado vacina, comida, auxílio emergencial de, no mínimo, R\$ 600, mais recursos para a Educação e a Saúde públicas, a não aprovação da Reforma Administrativa e o impeachment de Jair Bolsonaro e Mourão.

Segundo a secretária-geral do ANDES-SN, é de extrema importância atualizar o Plano de Lutas dos setores do Sindicato Nacional, após os atos realizados nos meses de maio e de junho. “A conjuntura tem exigido que a gente saia às ruas e temos defendido essa posição. Não é possível fazer a contraofensiva dessa política somente na militância virtual,

que é de suma importância, mas também precisamos tomar às ruas, que é o nosso lugar da luta”, disse.

“Fazemos esse chamado à categoria, às seções sindicais para que realizem as assembleias, discutam com as bases quais as necessidades e as pautas que precisamos defender para o próximo período”, completa a diretora do ANDES-SN.

CREDENCIAMENTO

O credenciamento para próximo Conad, que é prévio e digital, poderá ser feito até 24 de junho. As inscrições de delegadas, delegados, observadoras e observadores podem ser feitas pelas seções sindicais pelo link: <http://credenciamento.andes.org.br>

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para a página de credenciamento.



Desemprego e restrição do auxílio emergencial levam milhões de pessoas à fome no Brasil

Cerca de 116,8 milhões de brasileiras e brasileiros convivem com a insegurança alimentar. Destes, 19 milhões enfrentam a fome diariamente

O TAMANHO DA FOME NO BRASIL



116,8 milhões

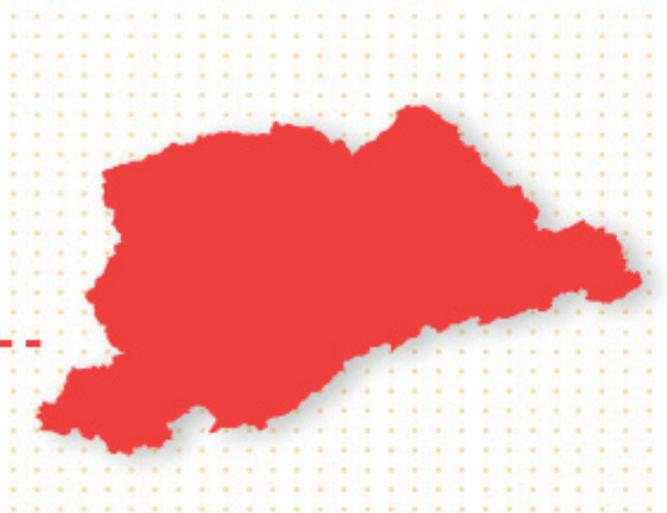
É a quantidade de pessoas em **insegurança alimentar** no Brasil

O número corresponde a **mais de duas vezes a população da Argentina**

19,1 milhões

É a quantidade de pessoas **passando fome** no Brasil

O número corresponde a **praticamente a população da Grande São Paulo**



Em meio à pandemia da Covid-19, mais de 19 milhões de brasileiros e de brasileiras enfrentam diariamente a falta de alimentos. Os dados são do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan). A pandemia

agravou a crise econômica, política e social vivida no país, com aumento do desemprego e diminuição da renda das famílias e, conseqüentemente, corte no consumo de itens considerados essenciais.

Os resultados do levantamento, realizado em áreas urbanas e rurais em dezembro de 2020, mostram que 55,2% da população - do total de 211,7 milhões

de brasileiros - estão em situação de insegurança alimentar, que é quando alguém não tem acesso pleno e permanente a alimentos. Em números absolutos, isso significa que 116,8 milhões de pessoas convivem com insegurança alimentar, nos mais variados níveis: leve, moderado ou grave. Em 2018, 36,7% da população vivia nessa situação.

Desses 116,8 milhões de pessoas, 19,1 milhões passaram fome (insegurança alimentar grave), 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 54,3 milhões de pessoas viviam em insegurança leve. Pela definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um domicílio é classificado com insegurança leve quando há uma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e a qualidade da alimentação já está comprometida. Nesse contexto, as e os moradores já assumem estratégias para manter uma quantidade mínima de alimentos disponíveis. Trocar um alimento por outro que esteja mais barato, por exemplo.

Iêda Leal, coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzáles e do Movimento Negro Unificado (MNU), avalia como desesperadora a situação da população mais pobre e da classe trabalhadora. “Essa crise atinge muitos lares que vivem numa linha de pobreza extrema. A falta do cuidado com o ser humano é explícito nas atitudes desse governo, que mata através da falta de vacina, da fome e da falta de recursos”, explica.

A fome tem região, gênero, cor e escolaridade

O índice de insegurança alimentar esteve acima dos 60% na região Norte e dos 70% no Nordeste, enquanto o percentual nacional foi de 55,2% em 2020. Já a insegurança alimentar grave, que afetou 9% da população, esteve presente em 18,1% dos lares do Norte e em 13,8% do Nordeste. A pesquisa apontou que a fome também se mostrou uma realidade para agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, atingindo em 12% essa parcela da população.

Já em mais de 11% dos domicílios chefiados por mulheres, no ano passado, as e os moradores passaram fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas brancas, esse percentual foi de 7,5%. A fome se fez presente em 14,7% dos lares em que a pessoa de referência não tinha escolaridade ou possuía Ensino Fundamental incompleto. Com Ensino Fundamental completo ou Ensino

Médio incompleto caiu para 10,7%, e em lares chefiados por pessoas com Ensino Médio completo em diante, o índice despencou para 4,7%.

“As mulheres, em busca da sobrevivência das suas famílias, precisam abrir mão do investimento em sua educação e, em alguns casos, até mesmo das suas vidas para cuidar de outras. Contribuir para a subsistência dos nossos lares é motivo de orgulho para nós mulheres negras, mas para isso acontecer de forma plena e saudável, para que a mulher dê conta dessa condição de liderança, é preciso políticas públicas para a acolhida da família, emprego, renda básica, moradias decentes, saúde e educação”, ressalta a coordenadora do MNU.

Desemprego

O desemprego é um dos maiores fatores para a falta de comida na mesa, conforme o levantamento sobre a insegurança alimentar. A ocorrência da fome foi quatro vezes superior entre aquelas com trabalho informal e seis vezes superior quando a pessoa estava desempregada. Atualmente, mais de 14,8 milhões de pessoas no país estão em busca de um trabalho, segundo os dados divulgados no final de maio pelo IBGE. É a maior taxa e o maior contingente de desocupados de todos os trimestres da série histórica, iniciada em 2012.

Auxílio emergencial

Com as medidas de isolamento social, devido à Covid-19, muitos trabalhadores e trabalhadoras perderam os seus postos de emprego, tiveram redução de salários ou não puderam seguir com os seus trabalhos informais. O auxílio emergencial é um dos benefícios que mais tem apoiado as brasileiras e os brasileiros nesse momento de pandemia. Entretanto, neste ano, o governo federal restringiu o auxílio com valores de, no máximo, R\$ 375, limitado a um benefício por família.

Atualmente, são beneficiadas 45,6 milhões de pessoas – uma diminuição de mais de 22 milhões de pessoas em relação às beneficiadas pelo auxílio emergencial de R\$ 600 no ano passado. Só tem direito ao novo auxílio quem já recebia em 2020 e, portanto, já está inscrito nos cadastros públicos usados para a análise dos pedidos. Quem não faz parte dos cadastros não recebe o

benefício. Logo, se a trabalhadora ou trabalhador ficou desempregado em janeiro deste ano, não pôde pedir o auxílio.

Inflação dos alimentos

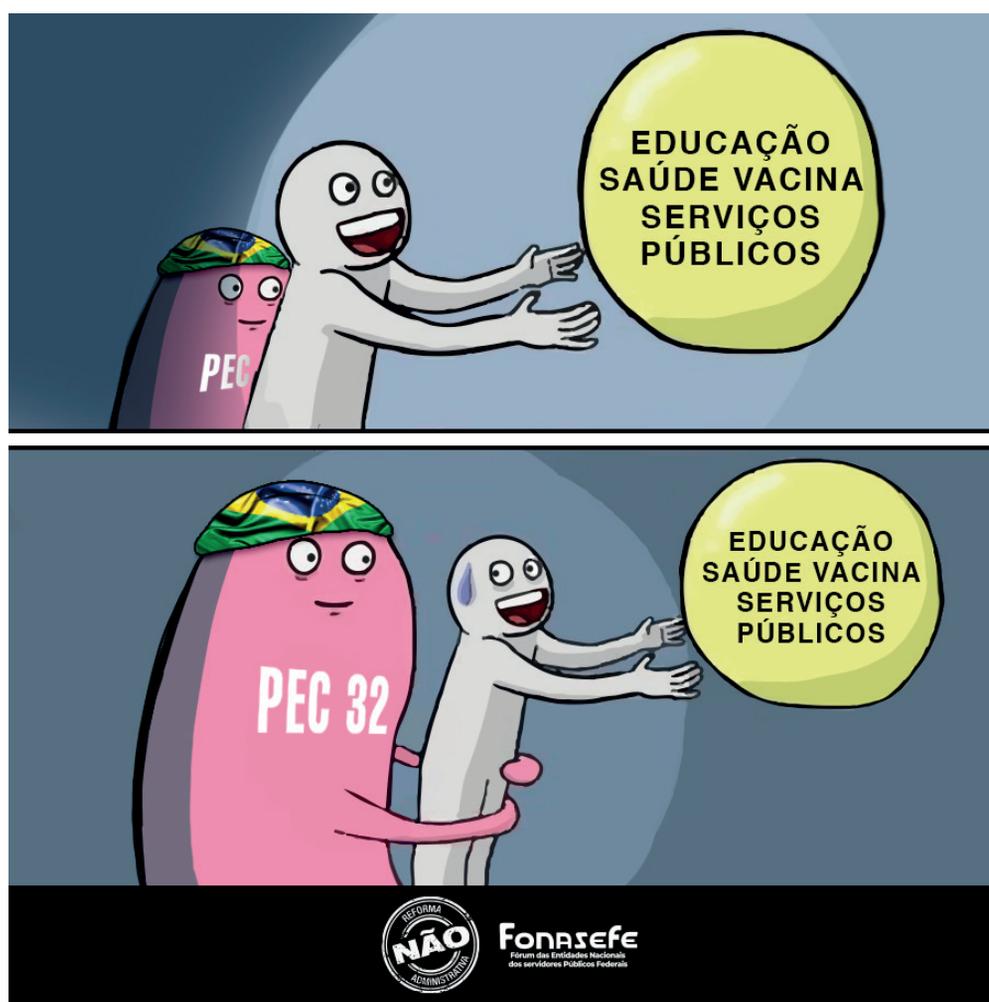
Outro fator agravante para a situação de fome no país é a inflação nos alimentos. De março de 2020, início da pandemia do novo coronavírus, a março de 2021, o preço dos alimentos subiu 15% no país, quase o triplo da taxa oficial de inflação do período, que ficou em 5,2%, informou o IBGE. Um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontou que o custo estimado da cesta básica nacional para o mês de janeiro foi de R\$ 696,71. Assim, o salário mínimo nacional de R\$ 1.100 teria poder de compra equivalente a 1,58 cestas. É o menor poder de compra desde 2005.

Banqueiros lucram com a pandemia

Apesar das milhões de pessoas com fome no país, os bancos privados conquistaram mais uma vez recordes de lucros. Bradesco, Itaú e Santander ganharam, juntos, no primeiro trimestre de 2021: R\$ 16,9 bilhões. O valor é 46,9% mais do que no mesmo período de 2020 e R\$ 300 milhões acima da soma dos lucros registrados no primeiro trimestre de 2019. Enquanto isso, entre março de 2020 e março de 2021, o Bradesco fechou 1.088 agências; o Itaú, 115; e o Santander, 140 unidades. No mesmo período, os bancos demitiram 13,2 mil bancários, descumprindo o acordo com os sindicatos da categoria de que não haveria dispensas na pandemia, conforme informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

“O governo federal inverte a lógica privilegiando banqueiros e grandes empresários, enquanto nega direitos essenciais para o bem estar da população. É preciso pensar nos quilombolas, indígenas, mulheres, população LGBTQIA+, idosos e crianças. Por isso, a única solução é tirar o Bolsonaro do poder, indo às manifestações de ruas, com todos os cuidados necessários. Nós, mulheres negras, queremos as nossas filhas e filhos vivos, políticas para o povo negro, combate ao racismo e à violência doméstica, defesa do SUS e da educação e a volta da democracia. Queremos respirar um ar que dê condições para a gente viver bem e melhor no nosso país”, finalizou Iêda Leal.

Reforma Administrativa avança na Câmara e servidores intensificam mobilização



e também englobam a defesa dos serviços públicos, as entidades têm intensificado a luta pela não aprovação da Reforma Administrativa.

“Todo o desgaste ao governo, neste momento, atrapalha a tramitação da PEC 32. Sabe-se que o governo e o Congresso estão comprometidos e empenhados nessa reestruturação do Estado, esvaziando seu financiamento por meio de uma precarização das relações de trabalho com os servidores. Mas a reação popular é forte, e uma aprovação da proposta não está dada. Nem sua derrota ainda, embora mais próxima! Por isso, vamos à luta, vamos às ruas, enfrentar este governo que é mais perigoso que o vírus”, ressalta Santos.

No dia 09 de junho, a Frente Distrital contra a Reforma Administrativa realizou um protesto simbólico, em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados, para pressionar os e as parlamentares a se posicionarem contrários aos ataques aos servidores e serviços públicos. A manifestação contou com representantes do Fonasefe e do ANDES-SN, além de entidades locais e centrais sindicais.

Após o ato, foi entregue ao presidente da Câmara um abaixo-assinado contra a PEC 32/2020, promovido pela frente Parlamentar Mista do Serviço Público, com apoio das centrais sindicais e Fonasefe. Embora Lira tenha afirmado em manifestações à imprensa e na Câmara que a reforma não terá validade para os atuais servidores e servidoras, quem já está na ativa no serviço público federal, estadual ou municipal também será afetado pelas mudanças.

A não realização de concursos, a mudança nas formas de contratação, na estabilidade e relações de trabalho, a possibilidade de favoritismos e apadrinhamentos terão impacto direto, tanto para os atuais servidores e servidoras quanto para a qualidade do serviço prestado, atingindo diretamente a população usuária.

Entre as alterações previstas na PEC está o fim da estabilidade de servidoras e servidores públicos e mudanças no critério de acesso, com a criação de período de experiência, e a diferenciação entre regimes de carreiras típicas de estado e outras carreiras.

Entre o final de maio e o começo de junho, a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 32/2020 – conhecida como Reforma Administrativa – avançou. No dia 25 de maio, a PEC 32 teve sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, por 39 votos a favor e 26 contrários.

Na sequência, às vésperas do feriado de Corpus Christi, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), instaurou a comissão especial que vai analisar o texto da Reforma Administrativa. O colegiado terá 34 membros titulares e igual número de suplentes. Fernando Monteiro (PP-PE) foi apontado presidente do colegiado e Arthur Maia (DEM-BA) para a relatoria da proposta.

Em contraponto a essa aceleração em retirar direitos dos servidores e das servidoras e aprofundar o desmonte dos serviços públicos, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), as centrais sindicais, as frentes estaduais e municipais intensificaram

a mobilização e a campanha pela não aprovação da PEC 32.

“As lutas do último período se manifestaram em uma crescente percepção de que as dificuldades que a população enfrenta tem um patrocinado: Bolsonaro! Por negacionismo e por se colocar ao lado do interesse dos ricos, a situação do Brasil na pandemia é uma das piores do mundo. Por esse motivo, com tantas demandas reais, como vacina e auxílio emergencial, a população foi às ruas pedir a saída daquele que chama de genocida. Isso enfrenta toda sua política, inclusive a PEC 32, que desmonta os serviços públicos em plena pandemia e ataca os direitos sociais de toda a população”, conta Fabiano dos Santos, coordenador geral da Fenajufe, integrante do Fonasefe.

Reforma Administrativa, Não!

Além dos atos do dia 29 de maio e 19 de junho, que têm como pauta principal a luta por “vacina, pão, saúde e educação” e pelo Fora Bolsonaro,

A urgência da vacinação em massa no Brasil e a questão da quebra de patentes



O Brasil, país que sempre foi referência mundial em campanhas de vacinação, ainda está realizando a imunização contra a Covid-19 a conta-gotas. O processo se iniciou tardiamente, em grande parte devido ao negacionismo do governo e à recusa a várias propostas para compra de imunizantes. Além disso, a discrepância no avanço da aplicação de vacinas nas nações mais ricas e mais pobres evidencia que o mundo enfrenta, hoje, um "apartheid sanitário", no qual a imunização se coloca como elemento central.

As medidas de solidariedade propostas no início da pandemia e as iniciativas, em especial no âmbito da Organização Mundial de Saúde (OMS) e das Nações Unidas (ONU), não foram suficientes para enfrentar o nacionalismo exacerbado e as compras antecipadas de vacinas pelos países ricos, muitos deles adquirindo quantitativos acima de suas necessidades, enquanto os países pobres estão recebendo número de doses insuficientes para toda a população.

Cientistas de vários países sustentam que se, em um ano, o nível de disseminação

do vírus não diminuir, as vacinas poderão se tornar ineficazes, devido ao surgimento de novas variantes.

O médico e pesquisador da ENSP/Fiocruz, Jorge Bermudez, diz que sua posição, como doutor em Saúde Pública e estudioso do assunto, é a de apoiar todas as iniciativas que possam expandir o acesso às tecnologias, evitando os monopólios e preços muitas vezes extorsivos.

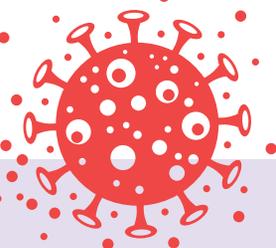
Ele lembra que em 1994, quando foi criada a Organização Mundial do Comércio, foi assinado, por 123 países incluindo o Brasil, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, conhecido como Acordo TRIPs (sigla do termo em inglês). O documento estabelece padrões mínimos para a proteção da propriedade intelectual, com uma série de obrigações, e também algumas flexibilidades, entre as quais a licença compulsória, ou quebra de patentes.

"Utilizar esta flexibilidade é um direito que encontra fundamento nas regras internacionais e encontra respaldo na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Brasil

mudou sua Lei de Propriedade Industrial em 1996, para adequá-la aos dispositivos do Acordo TRIPs (Lei 9.279/1996), e temos toda uma regulamentação para a emissão de licenças compulsórias. Cabe destacar que o Brasil utilizou esta prerrogativa uma única vez, em 1996, com o medicamento Efavirenz, ARV utilizado no tratamento de HIV/Aids e reduziu seu preço em cinco vezes, importando inicialmente e passando, depois, a produzi-lo em Farmanguinhos/Fiocruz", lembra Bermudez.

Com essa compreensão, o Senado já aprovou o projeto de Lei 12/2021, que suspende a obrigação do Brasil de fazer cumprir as seções Acordo TRIPs que dispõem sobre direito do autor, desenhos industriais, patentes e proteção de informação confidencial, para fins de combater a pandemia de Covid-19. A proposta aguarda votação na Câmara dos Deputados. "Situações excepcionais têm que ser enfrentadas com medidas de excepcionalidade. Portanto, a quebra de patentes apresenta toda justificativa jurídica, legal e política, como outros países têm procedido, para ser um elemento relevante para o enfrentamento da pandemia", assinala o pesquisador.

Jorge Bermudez ressalta que a proteção da economia somente é possível com a proteção da saúde. "A precarização do trabalho, o desemprego e emprego informal, o aumento de populações vulneráveis deixam evidentes as iniquidades presentes em nossos países e que precisam de uma visão mais solidária por parte das nossas autoridades", afirma, acrescentando que, no Brasil, o investimento em ciência, tecnologia, políticas públicas, bem como a revogação da Emenda Constitucional 95, deveriam ser a prioridade do governo para a melhoria das condições de vida da população.



Contra a quebra de patentes

O Brasil vem se opondo tanto internamente quanto nas relações internacionais à quebra ou mesmo suspensão de patentes dos componentes de imunizantes do novo coronavírus. A atual posição do governo brasileiro se opõe a de outros países em desenvolvimento e até mesmo à própria história da diplomacia brasileira sobre o tema Saúde.

Em abril desse ano, o governo brasileiro divergiu do PL que discute a quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Geanluca Lorenzon, secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia, afirmou em audiência na Câmara que a aprovação da proposta pode prejudicar o país na importação de princípios ativos para produção de vacina e atrasar a imunização. Quem se opõe à suspensão

dos direitos de propriedade intelectual sobre as vacinas contra a covid-19 também argumenta que a ação pode desestimular o investimento em pesquisa e, conseqüentemente, novas descobertas.

Desde o ano passado, países emergentes, como a Índia e a África do Sul, lideraram iniciativas para a suspensão da propriedade intelectual dos imunizantes contra o coronavírus SARS-CoV-2. Os Estados Unidos, a União Europeia e outras nações desenvolvidas haviam rejeitado a possibilidade, mas já sinalizam flexibilizar a posição. No início de maio, o presidente dos EUA, Joe Biden, anunciou que apoia a medida e na sequência, a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, afirmou que a EU está disposta a dialogar sobre a proposta. O Brasil foi o único país entre as nações de média e baixa renda a se manifestar contra.



Foto: Shutterstock

0 Mês do Meio Ambiente de 2021 é marcado por **desmatamento e ataque à fiscalização**

5 de junho, Dia do Meio Ambiente, foi data de mobilização e luta

O governo de Jair Bolsonaro atua para desmontar os serviços públicos em geral e os relacionados ao meio ambiente, em especial. Diversas alterações nos marcos regulatórios da área ambiental têm sido implantadas. Entre elas, destacam-se as normas que regem atividades dos setores de agronegócio, de mineração e de geração elétrica.

Denis Rivas, presidente da Ascema Nacional, associação representativa dos servidores da carreira especialista em Meio Ambiente, o que inclui Ibama, Instituto Chico Mendes, Ministério do Meio Ambiente e Serviço Florestal Brasileiro, lamenta que os órgãos de fiscalização estejam sobre severo ataque e pede que a sociedade se mobilize para impedir a desestruturação completa do setor.

Entre os muitos atos de destruição das instituições voltadas à proteção do meio ambiente, Rivas destaca o projeto, aprovado na Câmara dos Deputados, que institui a possibilidade de licenciamento ambiental automático e prévio. “É um retrocesso gigantesco, que na prática significa o fim do licenciamento, da análise criteriosa”, declara. “Parece que nada foi aprendido com os desastres de Mariana e Brumadinho”, acrescenta.

O representante dos servidores federais ressalta que os ataques à sustentabilidade ambiental prejudicam a conservação da natureza. Logo, tem impacto direto para a população brasileira. Portanto, Rivas avalia que cabe à sociedade enfrentar esses ataques. Ele frisa que suas esperanças repousam na ação popular. “A nossa expectativa é de que, no Senado, a partir das audiências públicas que foram

anunciadas, esse equívoco imenso possa ser barrado e esse projeto não avance”, afirma.

Ele reforça que barrar o fim do licenciamento ambiental depende de um esforço coletivo. “Vai depender muito da participação da sociedade e do empenho da Academia em demonstrar o perigo para a sociedade de não ter uma análise criteriosa das obras e dos empreendimentos que dependem de licenciamento ambiental”, conclama Denis Rivas.

Normas contra a natureza

O controle ambiental está sendo paulatinamente inviabilizado e os seus fiscais impedidos de trabalhar a cada nova norma criada. No início de 2020, apesar do parecer unânime dos técnicos do Ibama, o presidente da instituição editou uma norma suspendendo a necessidade de emissão de uma guia para a exportação de madeira.

O envolvimento do ministro do Meio Ambiente ficou evidente em uma operação da Polícia Federal, que fez a maior apreensão de madeira ilegal da história. O delegado Alexandre Saraiva, responsável pela ação, foi afastado de suas funções por interferência direta do ministro, após pedir a investigação de Salles, por considerar que existia um caso de advocacia administrativa. Apesar dos alertas veementes por parte de servidores e da ampla cobertura pelos órgãos de imprensa, a situação se manteve até que, mais recentemente, foi objeto de uma denúncia por parte do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que identificou a ação de um grupo que estava facilitando o envio de madeira sem nenhum controle.

A apuração levou ao afastamento de 17 servidores do Ibama, incluindo o presidente do órgão, e também a busca e apreensão em endereços ligados ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. O chefe da pasta que deveria proteger o meio ambiente brasileiro se vê envolvido em um esquema investigado pela Polícia Federal. No entanto, Salles não foi afastado por Bolsonaro.

O presidente da Ascema destaca outra queixa dos servidores, que é o exercício de uma instrução normativa (IN) conjunta entre Ibama, ICMBio e Ministério do Meio Ambiente, que trava a execução da fiscalização ambiental. Com a IN, o fiscal, ao constatar um ilícito, não emite mais uma multa e sim

um relatório, que ainda dependeria da aprovação de um superior hierárquico para ser validada.

“Além dessa burocratização da ação de fiscalização, a norma estabelece vários prazos de difícil cumprimento por parte dos fiscais e a própria norma ameaça os fiscais de processo administrativo em não cumprimento de prazos extremamente exíguos para análise dos processos, etapas de julgamento do auto de infração”, relata Denis.

“É uma clara ameaça ao trabalho dos fiscais, um empecilho à aplicação da legislação ambiental. Isso está sendo objeto de denúncia desde o dia em que foi publicado no Diário Oficial”, conta o representante dos servidores, destacando que foi criado um abaixo-assinado contra a medida, que já tem o apoio de mais de 600 servidores do Ibama e mais de 250 assinaturas de trabalhadores do ICMBio.

“Esses são os casos mais recentes que paralisam a atuação dos fiscais ambientais e, não à toa, no último mês nos tivemos o menor número de autos de infração aplicados, cerca de 120 autos, no período em que se constata um crescimento absurdo no desmatamento do país”, lamenta Denis. Segundo ele, o Brasil registrou os maiores índices de desmatamento dos últimos 20 anos, com os menores índices de aplicação de multas por parte do Ibama.

Marcha acelerada da destruição

Frente à manifestação declarada de que o governo pretende “passar a boiada” e promover a completa desregulamentação,

o dirigente reafirma que a pressão social, bem como a atuação do legislativo e judiciário são fundamentais nesse momento para barrar o desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental.

Denis Rivas ressalta que a quebra do sigilo do ministro Salles é uma etapa importante na investigação da PF. “Seria ótimo que nossos parlamentares entendessem a gravidade da formação que se demonstra dentro do ministério e aprovassem a instauração de uma CPI no Congresso, para investigar a desestruturação dos órgãos e a destruição do Meio Ambiente que está em curso em marcha acelerada desde o início do governo Bolsonaro”, explica.

De acordo o representante da Ascema, os servidores consideram que seria uma complementação muito importante à investigação da Polícia Federal, uma investigação parlamentar de inquérito para apurar as responsabilidades dentro do governo por esse cenário caótico de invasão de terras indígenas, unidades de conservação, com a leniência do ministro do Meio Ambiente.

Denis Rivas lembra que essa não é uma luta de uma categoria ou de um recorte da população, mas de toda a sociedade. Nesse sentido, ele reforça que todo apoio aos servidores é essencial, no sentido de pressionar parlamentares e conseguir assinaturas para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, ainda, ampliar a luta em defesa do meio ambiente brasileiro e das estruturas que o protegem.

UM GOVERNO CONTRA O MEIO AMBIENTE

- Jair Bolsonaro, assim que eleito, cogitou acabar com o ministério do Meio Ambiente
- Agência Nacional de Águas foi transferida do MA para o Ministério do Desenvolvimento Regional
- O Serviço Florestal Brasileiro foi para o Ministério da Agricultura, comandado por um integrante da bancada ruralista, o deputado Valdir Colatto (MDB-SC)
- Ministério do Meio Ambiente anuncia que fará revisão de todas 334 Unidades de Conservação
- Projeto de Lei do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) defende o fim das Reservas Legais
- Três meses depois da posse do presidente, o chefe do Centro de Operações Aéreas da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama, José Augusto Morelli, que havia multado Bolsonaro em 2012 por pesca ilegal, foi afastado do cargo
- Salles nomeou policiais de SP em lugar de especialistas em biodiversidade para o ICMBio
- Recriminação de fiscais ambientais que, amparados legalmente, destruíram equipamentos apreendidos usados por madeireiros e garimpeiros criminosos
- Proposta de regularização fundiária via autodeclaração, que permitiria a grileiros a legalização de terras apropriadas ilegalmente
- Propostas para redução de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombos
- Liberação de agrotóxicos, alguns inclusive proibidos em outros lugares do mundo
- Presidente do Ibama autorizou leilão de sete blocos de petróleo localizados em regiões de alta sensibilidade ambiental, como no Arquipélago de Abrolhos, ignorando técnicos do próprio instituto
- Revogação do decreto que proibia o avanço das plantações de cana-de-açúcar sobre os biomas pantaneiro e amazônico
- Regulamentação da exploração de minerais, recursos hídricos para construção de hidrelétricas, e de petróleo e gás em Terras Indígenas
- Privatização do setor de saneamento
- Posicionamento contrário ao Acordo de Paris



Ventos de mudança sopram pela América do Sul



Foto: Arquivo PSOL

Vindos da costa pacífica, os ares de mudança se espalham pelo Cone Sul. Desde o Chile, Bolívia, Colômbia, Peru e até mesmo no Brasil, a insatisfação popular tem acirrado a luta de classes e levado milhares às ruas, mesmo durante a pandemia de Covid-19, para exigir melhores condições de vida, trabalho e respeito às liberdades democráticas.

O processo histórico de luta do povo chileno pela libertação das amarras neoliberais e repressoras da ditadura Pinochet teve ascensão em 2019. Após anos de protestos, mais recentemente marcados pela luta contra os fundos de pensão e pela estatização da previdência e a crescente desigualdade social, a população voltou às ruas contra o reajuste na tarifa do transporte público. E, assim como no Brasil, os chilenos bradaram que a luta não era apenas por centavos.

O desejo por mudança fez com que milhões de chilenos e chilenas ocupassem as ruas, ao que o governo do presidente Sebastián Piñera respondeu com brutal repressão. Colocou o exército para reprimir os atos com extrema violência, decretou estado de emergência e toque de recolher. Milhares foram detidos e o governo confirmou o assassinato de dezenas de pessoas, até mesmo de uma criança de 4 anos. O Instituto Nacional de Direitos Humanos no Chile (INDH) denunciou diversos casos de violação de direitos fundamentais,

torturas e estupros de manifestantes por agentes do Estado.

Mas nem a violência estatal nem a pandemia do novo coronavírus fizeram a população recuar de suas reivindicações por melhorias no sistema de saúde, previdência e educação, por melhores salários e condições de vida e por uma nova Constituição. A resistência surtiu efeitos e os frutos foram colhidos agora em 2021, com a realização de uma Constituinte e também de um processo eleitoral que trouxe grandes avanços, com destaque para a eleição de Irací Hassler Jacob, uma economista de 30 anos e militante comunista para prefeita de Santiago do Chile. Sua vitória é um grande símbolo das mudanças que o povo clama e que aparentam estarem por se concretizar: é a primeira vez o Partido Comunista chileno dirigirá a capital do país, historicamente comandada por forças neoliberais conservadoras ou no máximo moderadas.

Osvaldo Coggiola, encarregado de Assuntos Internacionais do ANDES-SN, avalia que a luta popular chilena é um dos acontecimentos mais importantes da América Latina nas últimas décadas, especialmente pela sua dimensão. “Começou como uma luta de estudantes, como aquela dos 0,20 centavos aqui no Brasil em 2013 e guardou muitas semelhanças. Começou também contra o aumento dos transportes e, a partir dali, foram se desenvolvendo uma série de lutas

populares, questionando a privatização da educação, da previdência, com mobilizações multitudinárias em Santiago do Chile e outras partes do país, reivindicando o fim do regime pinochetista, pois o Chile continua a ser governado pela Constituição editada durante a ditadura Pinochet e, portanto, as principais características repressivas dessa Constituição se mantinham em pé”, comenta.

Para o diretor do ANDES-SN, a força da mobilização popular e a pressão por uma assembleia constituinte levaram o governo de Piñera a convocar um plebiscito e atender à cobrança das ruas. “O governo se viu obrigado a outorgar uma assembleia constituinte e a questão se deslocou a um plebiscito para editar uma reforma da constituição. Ganhou a ideia mais radical, que foi a da Constituinte exclusiva e tivemos as eleições constituintes com resultados surpreendentes, com mais de uma centena de candidatos independentes eleitos. Houve ainda eleições para cargos locais, e tivemos a surpresa eleitoral de que, para a prefeitura de Santiago, cidade mais importante do país, foi eleita uma mulher de 30 anos, militante do Partido Comunista, ou seja, se abriu uma nova situação política”, explica.

Outro exemplo recente reação popular contra ataques aos direitos sociais e por melhores condições de vida foi a mobilização na Colômbia, contra a tentativa do presidente Iván Duque de aprovar um pacote de reformas, especialmente da previdência e tributária.

“Apesar de todas as restrições devido ao novo coronavírus, o povo saiu na rua e houve uma repressão violentíssima, que deixou dezenas de mortos. Mas a violência não fez arrefecer as lutas populares. O governo viu-se obrigado a retirar esses projetos”, ressalta Coggiola.

O encarregado de Assuntos Internacionais do Sindicato Nacional destaca, ainda, que os projetos apresentados pelo governo Duque trazem semelhança com muitos dos ataques impostos aos trabalhadores e trabalhadoras de outros países latino-americanos. As medidas propostas na Colômbia têm como pano de fundo o pagamento da dívida pública interna, situação que aflige toda a América Latina, inclusive o Brasil, e que faz com que o governo queira arrecadar mais dinheiro da população com base no saque aos salários e às aposentadorias.

Embora o governo tenha recuado das reformas, os protestos continuaram com paralisações, marchas indígenas, camponesas e protestos urbanos, em especial nas áreas periféricas. De acordo com Coggiola, o que começou como uma reação ao pacote de reformas se transformou em luta política.

“Começou a ser levantada a palavra de ordem de “Fora Duque”. Ou seja, isso significa que deve existir uma alternativa de poder. O problema consiste em que, embora a palavra de ordem de “Fora Duque” tenha se transformado em algo bastante popular, ainda não há uma alternativa de poder. Logicamente, há partidos de esquerda, movimentações políticas, mas isso implicaria esperar as próximas eleições, quando a situação de crise da Colômbia é para já. Então, nos encontramos atualmente diante de um impasse político, mas é um impasse político bom, porque implica numa decisão”, avalia.

As manifestações têm sido reprimidas com violência pelas forças armadas do Estado, mas, assim como no Chile, a



Foto: REPRODUÇÃO FACEBOOK

brutalidade estatal não fez a população recuar. O governo também tentou enfraquecer a organização popular, com mesas de diálogo com alguns representantes. As negociações estão paradas e o governo segue reprimindo, de forma sangrenta, a organização popular.

Além de assembleia de bairros, os manifestantes têm realizado bloqueios em rodovias estratégicas para escoamento de produção, em especial de café, além de marchas indígenas e também experimentos de autodefesa com as chamadas Guardas.

Segundo o diretor do ANDES-SN, as diversas lutas que surgiram no último período, em especial na Colômbia e no Chile, anunciam o futuro da América Latina. Para Osvaldo Coggiola, os exemplos de luta dos povos chilenos e colombianos, que tomaram as

ruas apesar da pandemia, impulsionaram as mobilizações em outros países, como o Brasil.

“O futuro da América Latina é que, diante da crise capitalista mundial e suas repercussões deletérias sobre as condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, a tendência da população é ganhar as ruas e fazer mobilizações em massa e derrubar os regimes políticos existentes. Logicamente, isso requer condições políticas, que em alguns países ainda não estão postas devido, principalmente, à pandemia. Mas, ainda assim, nós tivemos em 29 de maio [e 19 de junho] enormes mobilizações em todo o país contra Bolsonaro, o que significa que o que está acontecendo na Colômbia e no Chile já está tendo repercussões diretas em toda América Latina e, principalmente, no Brasil”, analisa.



Foto: REPRODUÇÃO

28 de junho: Dia Internacional do Orgulho LGBTTI

Nos últimos 10 anos, a comunidade LGBTTI tem lutado e conquistado direitos. Porém, a violência e o preconceito contra a orientação sexual e a identidade de gênero estão longe de acabar



Dia 28 de junho é o Dia Internacional do Orgulho LGBTTI. A data lembra um dos episódios mais importantes na luta da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e intersexos (LGBTTI) ocorrido há 52 anos. Nesse dia, a comunidade deu um basta às constantes batidas policiais e agressões aos frequentadores do bar Stonewall Inn, em Nova Iorque (EUA). A Revolta de Stonewall durou seis dias e marcou definitivamente a história de resistência e mobilização contra a LGBTTI fobia.

No ano seguinte, a comunidade LGBTTI decidiu homenagear a luta por liberdade e realizou a primeira parada LGBTTI do mundo. Com o passar dos anos, as paradas conquistaram diversos países e, mais recente, a comunidade tem celebrado durante todo o mês de junho os avanços por uma sociedade igualitária e livre de preconceitos.

União estável

Este ano, completa uma década da decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu o direito à união estável por casais homoafetivos, com os mesmos direitos e deveres dos casais heterossexuais. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça emitiu uma resolução para proibir que cartórios vetassem o casamento ou a conversão de união estável em casamento de pessoas homoafetivas.

Nome Social

Outro avanço, resultado de anos de luta dos movimentos de travestis

e transgêneros, ocorreu em março de 2018, com a decisão do STF sobre o direito à autodeterminação de gênero. Homens e mulheres trans podem alterar o nome no registro civil em cartório sem a obrigatoriedade de realização da cirurgia de redesignação de sexo, de diagnóstico de identidade ou outra forma de judicialização.

LGBTTI fobia é crime

Outro avanço importante foi a determinação, pelo STF, de que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é crime no Brasil. Em junho de 2019, a Corte equiparou ações de discriminação contra LGBTTIs a atos de racismo, que no país é um crime inafiançável e imprescritível e pode ser punido com multas e até cinco anos de prisão.

Preconceito e violência

Mesmo com a conquista de direitos, principalmente na última década, a comunidade LGBTTI ainda enfrenta a falta de acesso às políticas de saúde pública e ao mercado de trabalho, além de sofrer violências cotidianas dentro e fora de casa, por uma sociedade conservadora. A cada 36 horas, uma pessoa LGBTTI é assassinada ou se suicida vítima da LGBTTI fobia no Brasil. Em 2020, foram 237 vítimas fatais: 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%), segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) – organização não-governamental voltada para a defesa dos direitos dos homossexuais. Segundo o levantamento, mais da

metade dos assassinatos de LGBTTIs no mundo ocorrem no Brasil. As travestis e mulheres trans foram as pessoas mais assassinadas da comunidade: 161 travestis e mulheres trans (70%), 51 gays (22%) 10 lésbicas (5%), 3 homens trans (1%), 3 bissexuais (1%) e 2 heterossexuais confundidos com gays (0,4%).

ANDES-SN na luta

O 28 de junho faz parte do calendário de lutas do ANDES-SN desde 2019. No 38º Congresso do Sindicato Nacional foi aprovado um dia nacional de combate à LGBTTI fobia nas universidades, institutos e Cefets. Professores e professoras, que são parte da população LGBTTI, têm debatido políticas públicas dentro das instituições e também do próprio Sindicato Nacional através do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS). Além do calendário de lutas, a entidade já publicou cartilha de combate às opressões, campanhas visuais, entre outros, além do documentário "Narrativas docentes: Memória e Resistência LGBT". Assista aqui: https://youtu.be/m69O_gMdbCg

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para a página do Andes-SN.

